

## **ANTÁRTICA E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO**

LEONARDO FARIA DE MATTOS (mestrando PPGEST-UFF)

### **RESUMO:**

Na nova Política Nacional de Defesa, o conceito de “entorno estratégico” aparece com uma novidade. Agora, o continente antártico passa a fazer parte da área de interesse estratégico do Brasil, juntamente com os países liminhos da África, da América do Sul e do Atlântico Sul. O presente trabalho procura analisar essa mudança, considerando, numa primeira parte, a mudança no pensamento geopolítico brasileiro a partir dos pioneiros Backheuser e Travassos até Therezinha e Meira Mattos. Na segunda parte será visto uma síntese sobre o interesse brasileiro no continente antártico. Em seguida procura-se fazer uma análise sobre essa inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico e a mudança do pensamento geopolítico do Brasil que passou de um pensar para dentro, preocupado em ocupar os grandes vazios demográficos até o conceito de Brasil Potencia, incluindo o interesse pela Antártica. O Brasil, postulante a um papel de maior protagonismo no cenário internacional deve aumentar sua presença naquele continente a fim de assegurar seus interesses, principalmente se o viés preservacionista atual for questionado por outros atores com interesses na exploração das inúmeras riquezas naturais lá existentes.

Palavras-Chave: Antártica; Entorno Estratégico; Geopolítica.

## INTRODUÇÃO

A Antártica, um continente 1,6 vezes maior do que o Brasil; com elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas; que defronta duas importantes rotas de navegação para o comércio marítimo internacional – a do Cabo e a do estreito de Drake; é fundamental para o equilíbrio ambiental do planeta, em especial dos países do hemisfério sul. O Brasil não reconheceu essa importância por ocasião do Ano Geofísico Internacional (AGI) de 1957/58, quando outros países estabeleceram diversas estações científicas naquele continente, vindo estes a celebrar, em 1959, o Tratado da Antártica. O País somente veio a aderir ao Tratado em maio de 1975 e realizou sua primeira expedição científica em dezembro de 1982.

Em termos estratégicos, a Antártica somente viria a ser reconhecida nos documentos oficiais da Defesa, com a nova Política Nacional de Defesa (PND), aprovada pelo Congresso Nacional, em 25 de setembro de 2013. Além de manter a prioridade estratégica em termos de defesa para a Amazônia e para o oceano Atlântico, como já previstos na Política de Defesa Nacional de 2005, a nova PND trouxe uma modificação no conceito de “entorno estratégico”, ao incluir a Antártica como também fazendo parte dessa “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar” (FIORI, 2013, p. 32).

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da Antártica para o Brasil, e a possível influência dos geopolíticos brasileiros na adesão ao Tratado.

Na primeira parte serão feitas algumas considerações sobre o pensamento geopolítico brasileiro até a adesão ao Tratado em 1975. Em seguida, o interesse pelo continente antártico, desde os primeiros caçadores de baleias do século XIX, até os pesquisadores atuais, será apresentado em termos de síntese histórica, a fim de melhor exemplificar a importância daquele continente. E por fim, este autor fará algumas considerações sobre os desafios e perspectivas que a inserção da Antártica no conceito de entorno estratégico representa para o Brasil.

## O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

A Geopolítica, termo criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellen (1864-1922) em 1916<sup>1</sup>, já foi considerada uma disciplina bastante controversa. Muitos intelectuais a correlacionaram com as ações nazistas, influenciados pelas ideias do general alemão Karl Haushofer (1869-1946), Diretor do Instituto de Geopolítica de Munique<sup>2</sup>, que defendia o conceito de “Lebensraum” (Espaço Vital), cunhado inicialmente pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), em 1901, no ensaio “Der Lebensraum Eine biogeographische Studie”, onde visualizava o direito de um Estado de buscar novos espaços geográficos em proveito das necessidades de sua população. Segundo Mello (1999, p. 73): “Estigmatizada no segundo pós-guerra como ‘geografia do nazismo’, a Geopolítica tornou-se matéria de acirradas polêmicas e controvérsias no interior de um seletivo e fechado círculo de intelectuais”.

Mas a partir dos anos 1970, principalmente na França, há um renascer da disciplina, que, hoje em dia, aparece mencionada com frequência em livros e artigos de diversos intelectuais.

Segundo definição do professor Everardo Backheuser (1879-1951), considerado por Mafra (2006, p.26), o precursor da Geopolítica no Brasil: “Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas [...] não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência Geografia, mas da ciência Política.”

As variadas interpretações levaram, segundo Mafra (1996), à formação de três correntes ou escolas geopolíticas: uma chamada de escola determinista, outra de escola possibilista, e a terceira de escola da geopolítica integralizada.

A geopolítica determinista, também conhecida como escola alemã, criada com base nas ideias de Ratzel<sup>3</sup> e Kjellen, superestima a influência dos fatores geográficos estáveis – espaço e posição -, sobre a política. Foi a base das ideias de autores como o inglês Halford Mackinder (1861 – 1947) e o norte-americano Alfred Mahan (1840-1914), especialmente sobre os conceitos de “espaço” (sua extensão, suas características físicas, seu clima etc.) e de “posição” (onde esse espaço se

---

<sup>1</sup> O termo surge pela primeira vez em livro “O Estado como Forma de Vida” (do original sueco *Staten som Lifsform*).

<sup>2</sup> O Instituto, que ficava dentro da Universidade de Munique, surgiu a partir da Associação de Estudo de Geopolítica criada por Haushofer em 1931, naquela universidade (TOSTA, 1984, p. 63).

<sup>3</sup> Mafra (1996, p. 58) salienta que “embora surgida com base nas ideias de Ratzel, este famoso geógrafo alemão não se reconhecia como um determinista”.

situa no planeta), e a importância da proteção das linhas de comunicação marítimas e dos apoios logísticos avançados para qualquer Marinha, amplamente defendidos por Mahan, “pai fundador do Poder Marítimo” (MAFRA, 2006).

Já a escola possibilista, ou escola francesa, com o geógrafo Paul Vidal de la Blache (1845-1918), pregava que o homem seria um ser ativo e transformador do meio físico, não aceitando a ideia de “fatalismo geográfico” da escola determinista. Teve como seguidores os também franceses Jean Brunhes (1869-1930) e Camille Vallaux (1870-1945), além do norte-americano Isaiah Bowman (1878-1950) (MAFRA, 2006). Segundo Bowman (citado em CASTRO, 1999, p.26): “Nunca uma civilização declinou por estarem exauridas as possibilidades da Terra”.

A terceira escola geopolítica, a integralizada, segundo Mafra (1996, p. 60)

buscava integrar as duas outras [...] Seus principais adeptos são o professor Nicholas John Spykman e o engenheiro aeronáutico Alexander Seversky [...] Trata-se de uma escola de pensamento mais moderna, preconizando que a Geopolítica deveria levar em conta também o ar, além da terra e do mar e, obviamente, o homem. Admitia, também, a importante influência da ciência e da tecnologia.

Esse arcabouço teórico da Geopolítica, como acima mencionado, justificaria o interesse de países por novos territórios, no caso deste estudo, pela Antártica, que possui uma área só inferior em extensão à Rússia, com grandes reservas de minerais estratégicos, e que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, o Estreito de Drake, entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul, e a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico. Ou seja, com o olhar da Escola Determinista, espaço e posição. Depois da partilha da África no final do século XIX, pelas principais potências europeias, a Antártica seria o último espaço físico no planeta, ainda sem definição de soberania. Observando a questão do interesse pelo sexto continente, pela lente da Escola Possibilista, pode-se considerar que as severas condições de habitabilidade daquele continente não seriam obstáculo para a presença do homem, caso viesse a ser do seu interesse, seja para as pesquisas científicas puras, seja para a exploração econômica com a exploração das riquezas naturais lá existentes, o que ainda não ocorreu por imposição do Protocolo de Madri de 1991.

Como seria de se esperar, as ideias desses autores influenciaram os geopolíticos brasileiros. Segundo Costa (2010, p. 181-182):

Não foram os geógrafos os que produziram a geopolítica brasileira - diversamente do que ocorreu no exterior - [...] Os mais completos estudos a respeito foram produzidos particularmente pela ciência política [...] Dentre esses, merecem destaque os trabalhos de S. Miyamoto e L. Mello, que produziram as primeiras análises críticas exaustivas sobre essa vertente do pensamento político brasileiro [...] Tanto Miyamoto como Mello identificam fortes influências de Ratzel, Kjellen, Mackinder e Spykman, principalmente nos estudos de E. Backheuser, M. Travassos, L. Rodrigues e Golbery, entre outros.

Miyamoto (1995) divide a evolução do pensamento geopolítico brasileiro em 5 fases: a primeira contempla os estudos dos anos 1920 e 1930, de Everardo Backeheuser (1879-1951) e Mario Travassos (1891-1973); a segunda etapa, que mantém Backeheuser e Travassos, além de Delgado de Carvalho (1884-1980), abrange o período da Segunda Guerra Mundial, segundo Miyamoto, com trabalhos mais rigorosos academicamente dos que os da primeira fase; a terceira surge com a criação da Escola Superior de Guerra (1949) , e Golbery do Couto e Silva (1911-1987) aparece como o grande nome; a quarta fase refere-se ao período do governo militar pós-1964, onde surgem as ideias e os primeiros escritos de Meira Mattos (1913-2007) e Therezinha de Castro (1930-2000). A quinta fase nominada por Miyamoto, dos anos 1980 e 1990, não será aqui considerada, já que se refere a um período posterior à adesão ao Tratado da Antártica ocorrido em maio de 1975.

Ao se estudar os referidos autores, é possível observar uma certa linearidade no pensamento geopolítico brasileiro ao longo do século XX. Dos primeiros textos de Backheuser e Mario Travassos aos últimos de Therezinha e Meira Mattos há quase sempre um componente de “pensar um Brasil grande, protagonista no cenário internacional”. E em todos eles a componente do desenvolvimento econômico está presente. Os primeiros deram maior ênfase para a conquista do espaço que já era brasileiro, a Amazônia, as fronteiras terrestres, sem ainda uma preocupação maior com o oceano que defrontava o Brasil. A partir dos escritos de Golbery, o pensar o “Brasil Potencia” ocupando novos espaços fora dos limites territoriais brasileiros tem início.

Therezinha de Castro<sup>4</sup>, de todos eles, foi a que vislumbrou também na

---

<sup>4</sup> Em 1956, Therezinha, em parceria com seu antigo professor Delgado de Carvalho publica seu primeiro artigo defendendo os direitos do Brasil na Antártica pela chamada teoria da defrontação, inspirada na teoria dos setores aplicada para a determinação de soberania sobre o Ártico. A esse artigos se seguiram muitos outros, incluindo palestras e entrevistas para jornais e revistas. Na década de 1970, sua assessoria ao deputado federal Eurípides Cardozo

Antártica um novo espaço para o Brasil. Golbery e Meira Mattos enfatizaram, nessa busca por um pensar mais para fora, os países da África Atlântica, sem considerar que na Antártica, como o fez Therezinha, também haveria um espaço a exercer influencia por parte do Brasil.

No governo Juscelino Kubitschek (1956-61), mais especificamente durante o AGI, o Brasil não enxergou a Antártica. Apenas alguns textos de Therezinha, entre poucos outros, não foram o suficiente para deslocar a atenção do governo brasileiro para o sexto continente. A prioridade era o desenvolvimento do Brasil, retirando-o da quase exclusiva dependência da monocultura cafeeira e iniciando um processo de industrialização do país. A opção pela interiorização, com a construção de Brasília, vem ao encontro dos escritos dos primeiros geopolíticos e até dos primeiros escritos de Golbery, onde o ocupar efetivamente o espaço brasileiro era a prioridade.

Já no governo Geisel, quando ocorreu a decisão pela Adesão, pode-se afirmar que o pensamento geopolítico brasileiro já tinha ampliado sua área de visão para além do território nacional, e o início da caminhada para uma presença na Antártica estava coerente com essa mudança dos principais autores geopolíticos.

## **O SEXTO CONTINENTE**

O continente antártico, por suas severas condições de habitabilidade, é o único do planeta que não possui uma população autóctone. No verão, a população de pesquisadores e pessoal de apoio das estações científicas chega a cinco mil pessoas, e no inverno, cerca de mil permanecem nas estações científicas do continente. A temperatura média no inverno é de  $-60^{\circ}\text{C}$ , e no verão fica em  $-30^{\circ}\text{C}$ . Cerca de 98% do continente é permanentemente coberta de gelo (espessura média de 2.600 m). O continente também é o mais seco da Terra, com uma precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o Deserto do Saara). A área total é de 13.661.000 km<sup>2</sup>, maior que o Canadá, e equivalente a 1,6 vezes o Brasil. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás,

---

de Menezes, maior defensor da presença brasileira na Antártica no Congresso Nacional, foi importantíssima para que o tema ganhasse a imprensa. Em 1976, Therezinha publica o primeiro livro brasileiro sobre geopolítica antártica, o “Rumo à Antártica”, que passou a ser referencia obrigatória para quem desejasse escrever ou falar sobre o Sexto Continente.

cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso sem falar que a Antártica possui 70 % da água doce do planeta (SCAR, 2014).

O russo Bellinghausen, em 1820, foi o primeiro explorador a chegar efetivamente ao continente antártico. A exploração predatória de mamíferos marinhos foi o grande atrativo para os exploradores desse continente, durante praticamente, todo o século XIX. Após as primeiras expedições científicas ao continente, ocorridas no final do século XIX, vieram as reivindicações territoriais. Em 1908 surgiu a primeira, feita pelo Reino Unido, que reivindicou uma região que chegava, na época, a incluir as Ilhas Malvinas. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939 (DAY, 2013).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reduziu bastante as expedições para a Antártica, mas em 1940, Argentina e Chile formalizaram seus interesses territoriais no continente. As respectivas áreas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todas incluindo a Península Antártica como pertencendo a seus respectivos países. Cabe mencionar, que por sua proximidade com a América do Sul e por suas condições climáticas relativamente mais amenas que o restante do continente, a grande maioria das estações científicas na Antártica está localizada nessa península (DAY, 2013).

Após a guerra, os norte-americanos e os soviéticos passaram a ser os protagonistas no sistema internacional, e a posição deles em relação à Antártica passou a ser altamente relevante para o destino daquele continente. Logo ao final da guerra, os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica, realizaram a maior expedição já registrada para a região, até hoje. A Operação *High Jump*, de agosto de 1946 a fevereiro de 1947, contou com 13 navios e cerca de 4,5 mil militares (DAY, 2013).

Já a URSS, 125 anos depois da última expedição no século XIX, volta a organizar uma expedição à Antártica, a *Slava Flotilla* de 1946. O posicionamento do país, com relação ao continente, não era territorialista, mas que teria direito a participar em qualquer fórum de discussão sobre o destino da Antártica, já que

tinham sido eles que primeiro chegaram ao sexto continente, como já visto anteriormente neste trabalho. Com o término da Guerra na Coreia e com a morte de Stalin (ambas ocorridas em 1953), a situação evoluiu no sentido de ser dada maior atenção para as solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam uma grande participação do país no Ano Geofísico Internacional (AGI), programado para ocorrer de julho de 1957 a dezembro de 1958. O país acabou tendo grande participação nesse evento, com a construção de duas estações científicas permanentes, uma em fevereiro de 1956, a estação *Mirny*, e outra em dezembro de 1957, a estação *Vostok*, localizada bem próxima do Polo Sul Magnético (DAY, 2013).

A Marinha norte-americana foi o órgão responsável por todo o apoio logístico às expedições *Deepfreeze I* (1955-56) e *Deepfreeze II* (1956-57), as duas grandes expedições científicas dos EUA em preparação ao AGI. Como resultado dessas duas expedições, em fevereiro de 1956 era inaugurada a estação científica norte-americana de *Mc Murdo*, até hoje, a maior estação na Antártica, chegando a alojar nos momentos de pico do verão até 1300 pessoas entre pesquisadores e militares de apoio; e em novembro de 1956, os norte-americanos construíram a estação científica de *Amundsen-Scott*, exatamente no Polo Sul Geográfico.

O presidente Dwight Eisenhower, em maio de 1958, convida outros onze países para participar da conferência, que teria início em 15 de outubro de 1959, em Washington D.C., a fim de estabelecer um regime jurídico único para a Antártica, reduzir a possibilidade de conflitos entre os países que reivindicavam território e por temer algumas iniciativas de internacionalização do continente (DAY, 2013).

O Brasil acabou não sendo convidado, e encaminhou nota diplomática de protesto ao governo daquele país, ainda em 1958. A referida nota não teve resultado concreto, e o Brasil não participou da conferência. Cabe mencionar, que o País não tinha efetivamente realizado nenhuma expedição à Antártica, até aquele momento, como foi o caso dos doze países que viriam a participar da reunião. Nenhum brasileiro, sequer havia estado no continente antártico até o início do AGI – o primeiro foi o médico Durval Borges, que esteve naquele continente, acompanhando uma expedição norte-americana, em fevereiro de 1958. Durante o AGI, a Marinha do Brasil realizou diversas pesquisas científicas, mas todas em águas jurisdicionais brasileiras (MENEZES, 1982).

Em 1 de dezembro de 1959 foi assinado o Tratado da Antártica que é composto por 14 artigos, dos quais destacam-se: o uso da Antártica para fins pacíficos (sendo proibido qualquer teste de armas, inclusive as nucleares; instalação de bases militares ou realização de exercícios militares); a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais daqueles sete países. O Tratado entrou em vigor em junho de 1961 (DAY, 2003).

A crise mundial dos preços do petróleo de 1973 e a grande preocupação que o Tratado da Antártica fosse revisto em 1991, autorizando a prospecção mineral no continente, sem a presença do Brasil, levou o chanceler Azeredo da Silveira, a submeter exposição de motivos ao presidente Ernesto Geisel, em 28 de maio de 1974, para que o Brasil aderisse ao Tratado. Também cabe destacar a pressão exercida por parcela da intelectualidade brasileira, como Therezinha de Castro e Eurípedes Menezes, em termos de artigos em periódicos, palestras e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos<sup>5</sup>. Em 16 de maio de 1975, o presidente Geisel assina o termo de adesão ao Tratado, encaminhado ao governo dos EUA.

Depois de sete anos de discussões sobre como seria a estrutura do Programa Antártico Brasileiro, o mesmo foi aprovado em janeiro de 1982, com a Marinha do Brasil sendo a responsável pela coordenação do programa. Em dezembro do mesmo ano, iniciava a primeira expedição científica brasileira ao sexto continente, com o navio da Marinha “Barão de Teffé” e o da Universidade de São Paulo, “Professor W. Besnard”.

Em setembro de 1983, o Brasil foi aprovado como membro consultivo aderente do Tratado Antártico, passando a ter direito a voto nas reuniões. Na segunda expedição científica ao continente, ficou pronta a estação antártica Comandante Ferraz (EACF), em fevereiro de 1984.

Na conferência de Madrid, em 1991, os países membros do Tratado se reuniram e celebraram o chamado Protocolo do Meio Ambiente, que complementa o previsto no Tratado da Antártica, e posterga para mais cinquenta anos, a decisão

---

<sup>5</sup> Esse instituto, criado em setembro de 1972, formado por civis e militares, tinha como objetivo maior a realização de uma expedição científica não oficial ao continente antártico, o que acabou não ocorrendo por falta de apoio oficial do governo federal.

sobre a exploração mineral no continente. O Protocolo de Madrid entrou em vigor em 1998, após a ratificação por todos os países membros consultivos.

Apenas para 2048, está previsto a volta da discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica, quando uma maioria simples, pode alterar o atual regime de não exploração. Antes disso, somente com a concordância de todos os 29 membros consultivos, o que politicamente não é fácil de ser conseguido por envolver interesses de atores distintos no sistema internacional, como é o caso dos EUA, da Rússia e da China.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL**

A Antártica, hoje, encontra-se sob o regime do Tratado Antártico, “um conjunto de normas e princípios criado por atores politicamente racionais, que optaram pela cooperação e pela paz antes de ter de optar pela escolha, menos racional, de chegar a um conflito em época de Guerra Fria” (VILLA, 2004, p. 151).

Mas até quando é previsível que os países respeitarão efetivamente o Tratado, e não iniciarão a exploração das riquezas minerais lá existentes?<sup>6</sup>

O Brasil não possui carência em minerais estratégicos, incluindo aí o petróleo, o gás natural e até mesmo a água. Tal fato leva a conclusão que o país não necessitará explorar essas riquezas na Antártica, dentro de um horizonte de tempo previsível. Na realidade, o que parece é que o Brasil deve, sim, procurar manter aquele continente sob a égide do Tratado, como ele está hoje, pois as preocupações ambientais é que devem prevalecer.

A Antártica, antes de tudo, é importante porque é parte essencial do sistema clima. É o principal sorvedouro de energia [...] Ela coordena toda a circulação atmosférica e oceânica; 80% das águas frias dos oceanos são formadas embaixo de gelo da Antártica [...] as friagens,

---

<sup>6</sup> A China tem aumentado sua presença na Antártica de forma crescente desde que se tornou membro com direito a voto em 1985. Atualmente, o país possui quatro estações científicas naquele continente e já está planejando a quinta estação. Os chineses são a maior população do mundo, com cerca de 1.4 bilhões de habitantes, e uma economia que cresce a taxas anuais superiores a 7%. Desde 2012, é o maior importador mundial de petróleo. A Índia, que é o quinto maior importador mundial de petróleo, tem a segunda maior população do mundo (mais de 1.2 bilhões de habitantes) e já possui duas estações permanentes de pesquisa na Antártica. Os indianos foram aceitos como membros consultivos na mesma reunião que o Brasil, em setembro de 1983.

ou frentes frias que entram de tempos em tempos [em nosso país], são formadas no Oceano Austral ao redor da Antártica. Compreender o papel da Antártica no meio ambiente global é essencial para a preservação ambiental, previsão meteorológica e climática, preservação dos recursos marinhos renováveis.<sup>7</sup>

Como valor estratégico-militar para o Brasil, deve-se ressaltar que a Antártica defronta duas rotas importantes para o transporte marítimo brasileiro. O maior parceiro comercial do Brasil é a China, e o comércio com a Índia tem crescido ano após ano, com enorme potencial para aumentar, considerando os laços em fóruns como o IBAS e como o BRICS. Os navios transportando os produtos desse comércio passam pelo Estreito de Drake e pela Rota do Cabo. O Brasil é o sexto mais próximo geograficamente do continente antártico, o que ainda conta em termos de relevância militar. Uma Antártica livre de meios militares de qualquer país é importante para o Brasil.<sup>8</sup>

O cenário prospectivo mais provável para a Antártica, no entendimento deste autor, é que, em 2048, quando o tema da exploração mineral puder ser contestado por maioria simples dos membros com direito a voto, ou talvez, até mesmo antes desse ano, a China e a Índia - países que estarão, juntamente com os EUA, entre os três mais ricos do planeta, ainda com as maiores populações, considerável poder militar para impor suas decisões geopolíticas e ainda mais dependentes de recursos minerais estratégicos -, colocando em prática o conceito ratzeliano de “espaço vital”, exercerão seu poder de influência, para impor o início da exploração comercial dos recursos estratégicos, mesmo que contra o desejo da comunidade internacional.

O Brasil está construindo a nova estação “Comandante Ferraz”, após o acidente de fevereiro de 2012, que vitimou dois militares. O programa antártico brasileiro não parou fruto da instalação de módulos antárticos emergenciais e pelas

---

<sup>7</sup> O professor Jefferson Cardia Simões, da UFRGS, é o pesquisador líder do Programa Antártico brasileiro. No verão 2011/2012 liderou uma expedição científica brasileira que chegou a 670KM do polo sul geográfico, estabelecendo um módulo de pesquisas científicas, chamado Criosfera I, a 2500km da estação antártica “Comandante Ferraz”. Citação retirada de entrevista concedida em 09 de janeiro de 2014, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527084>. Acesso em 25 de outubro de 2014.

<sup>8</sup> Do porto de Rio Grande (RS) até as proximidades de onde está localizada a EACF são 8,5 dias de navegação a 10 nós de velocidade. Do mesmo porto de Rio Grande para Belém (PA) são 13 dias. Ou seja, uma força naval estacionada numa hipotética base na Península Antártica alcança um dos mais importantes portos brasileiros mais rápido do que conseguimos enviar tropas por via marítima para uma possível defesa na região Norte do Brasil.

pesquisas conduzidas a bordo dos navios da Marinha, “Almirante Maximiano” e “Ary Rongel”, com diversos pesquisadores embarcados. A nova estação está com previsão de estar pronta no verão 2015/2016 (PROANTAR, 2014).

Até o momento, não são conhecidos planos do governo para a construção de uma segunda estação científica na Antártica, por exemplo, mais no interior do continente ou a leste do Mar de Weddell, ainda defrontando o Atlântico Sul. Neste caso, é importante uma estação com sua própria pista para operação das aeronaves de transporte da Força Aérea Brasileira (FAB), não apenas para melhor apoiar as pesquisas científicas, mas, principalmente, para consolidar a presença do país na Antártica. Desde o início da operação da estação “Comandante Ferraz”, em 1984, que o Brasil é apoiado pela base chilena “Presidente Eduardo Frei”, onde pousam as aeronaves C-130 da FAB. Ter a possibilidade de conduzir o programa antártico sem precisar depender do apoio logístico de outro Estado é do ponto de vista estratégico-militar, uma medida importante.

As autoridades brasileiras, incluindo os militares, devem planejar os próximos passos do PROANTAR, tendo uma visão mais estratégica, considerando o status que o país deseja ter no cenário internacional, inserindo a Antártica na grande estratégia de buscar maior influência do Brasil no Atlântico Sul e o restante de seu entorno estratégico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil é um país rico em recursos naturais, todos dentro de seu território e plataforma continental. Mas essa não é realidade em muitos outros países, como por exemplo, a China e a Índia, países que juntos possuem 1/3 da população do planeta, e são grandes importadores de minerais estratégicos, como o petróleo e o gás. Atualmente, a população mundial se encontra em 7 bilhões de habitantes, mas a previsão da ONU é que esse número chegue a 9 bilhões, até a metade deste século. Esse aumento da população, associado com a demanda por um nível de vida mais elevado, tende a pressionar ainda mais a busca por energia, minerais estratégicos, alimentos e água.

E de onde sairão esses recursos naturais?

Ao inserir a Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro, na nova Política Nacional de Defesa, promulgada em 2013 pelo Congresso Nacional, concluiu-se que foi reconhecido pelo governo do Brasil a importância daquele grande continente. Mas ações concretas devem ser tomadas para incrementar a presença brasileira.

No passado, ainda era possível ler os textos da professora Therezinha de Castro ou do deputado e professor Eurípedes Menezes, mas após o falecimento de ambos, são muito poucos os textos com viés geopolítico sobre a Antártica. Com o aumento dos institutos de estudos estratégicos e com o prosseguir da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, espera-se um crescimento de massa crítica que pensa o futuro do Brasil, com maior rigor científico, também por esse viés da Defesa. É importante que a Antártica também faça parte da discussão.

Na Aula Magna do Instituto de Estudos Estratégicos proferida pelo ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 1 de abril deste ano, o ex-ministro afirmou “O Brasil precisa saber o que deseja exatamente de suas Forças Armadas.” Talvez seja o caso de também ser formulada a seguinte pergunta, a título de estimular o debate: “O que exatamente o Brasil pretende com sua presença na Antártica?”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Therezinha. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica: Princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2010.

DAY, David. **Antarctica**. New York: Oxford University Press, 2013.

FIORI, J. L. **O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI**. In: Sader, Emir. (Org.) 10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAFRA, Roberto M. O. **Geopolítica – Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MENEZES, Eurípedes Cardoso. **A Antártica e os desafios do futuro**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Fronteira Oriental Brasileira e os Desafios da segurança regional no Atlântico Sul**. Revista da Escola de Guerra Naval, v.18, p. 113-134, junho de 2012.

VILLA, Rafael Duarte. **A Antártida no Sistema Internacional**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Sítios eletrônicos consultados:

- Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/p-proantar.html>. Acesso em 3 de novembro de 2014.

- Ministério da Defesa do Brasil. Política Nacional de Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> . Acesso em 5 de novembro de 2014.

- Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR). Disponível em: <http://www.scar.org/information/statistics/> . Acesso em 20 de outubro de 2014.

- Secretaria do Tratado Antártico (STA). Parties. Disponível em: [http://www.ats.aq/devAS/ats\\_parties.aspx?lang=e](http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e) > . Acesso em 4 de novembro de 2014.

- US Energy Information Administration. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/> . Acesso em 20 de outubro de 2014.